

**PROPOSTA DA RECUPERANDA À ASSEMBLEIA GERAL  
CREDORES, PARA MODIFICAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL.**

Em conformidade ao que dispõe a alínea “a” do Inciso I do Artigo 35 da Lei 11.101/2005, quanto à competência da Assembleia Geral dos Credores para “aprovar, rejeitar ou modificar” o “Plano de Recuperação Judicial”, a Recuperanda **CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA**, submete à Assembleia Geral de Credores, nos termos do item 1 do Edital de Convocação da respectiva Assembleia, datado de 27/07/2023, **modificações** em seu Plano de Recuperação Judicial (**Autos nº. 0037411-27.2022.8.16.0021** em trâmite perante a - 4ª Vara Cível da comarca de Cascavel, estado do Paraná), as quais visam adequar suas propostas originais às novas condições e parâmetros de amortização de seu endividamento.

Em relação a **Classe I – Sub Classe “Credores Trabalhistas não Habilitados - quantia ilíquida – Art. 6º §§ 1º a 5ºA da Lei 11.101/2005 – acima de 150 salários-mínimos”**.

**Proposta Original:**

*“O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência firmada no sentido de que não há aplicação automática do limite previsto no art. 83, I, da Lei nº 11.101/2005 às empresas em recuperação judicial.”*

*“De tal forma, estes créditos deverão ser pagos nas mesmas condições estabelecidas, no Plano de Recuperação, para os credores da Classe IV, com créditos a receber a partir de R\$ 3.000,00”.*

**Modificação Proposta:**

Separação da forma de pagamento desta subclasse em duas modalidades, conforme o montante do valor a receber de cada credor, a saber:



a) Credores Trabalhistas com valores a receber até o montante de 150 salários mínimos.

Os créditos de natureza trabalhista, até o montante de 150 salários mínimos, serão pagos, à medida que forem habilitados, nas condições estabelecidas pelo Artigo 54 da Lei 11.101/2005.

b) Credores Trabalhistas com valores a receber superior ao valor de 150 salários mínimos.

Os valores dos créditos trabalhistas que excederem o montante de 150 salários mínimos, também serão pagos nos termos do Artigo 54 da Lei 11.101/2005, mas apenas até o limite de 150 salários mínimos, ao passo que o valor sobejante (que exceder a 150 salários mínimos) serão equiparados aos créditos de natureza quirografária (art. 83, inciso V, alínea "c", da Lei 11.101/2005) e serão pagos, à medida que forem homologados, conforme condições estabelecidas para a Classe III – Credores Quirografário com Privilégio Geral.

Em relação a **Classe IV – Credores Quirografários com Privilégio Especial – Empresas EPP/ME/EIRELI – Sub Classe - Fornecedores EPP com valores a receber até R\$ 3.000,00**, a nova proposta de pagamento consiste em apenas na modificação do prazo de carência.

Proposta Original:

*“Carência: - 18 meses a contar a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC), que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores”.*

Modificação Proposta:

Carência: - 24 (vinte e quatro) meses a contar a partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC), que aprovar o Plano de Recuperação Judicial, conforme deliberação da assembleia dos credores



Além destas modificações, a Recuperando **propõe a inclusão** do item:

**Encerramento do Recuperação Judicial.**

Inclusão do item 8.4 – Encerramento da Recuperação Judicial.

A Recuperação será encerrada com a Homologação da aprovação do presente Plano de Recuperação Judicial, pela Assembleia Geral de Credores, dispensando-se o período de supervisão bienal, conforme previsão legal, contida no Artigo 61 da Lei 11.101/2005.

Cascavel, 23 de agosto de 2023.

**FELIPE CORTESE VARISCO**  
Sócio Administrador – CPF - 007.052.229-42

**NEIO LÚCIO PERES GUALDA**  
ECONOMISTA – CORECON 2838-PR

